

DIGSA — Assembleia dos Directores dos Institutos Geográficos Sul-Americanos, Espanha e Portugal, entre Setembro de 1997 e Janeiro de 2002;

Presidente da DIGSA entre Outubro de 1998 e Outubro de 1999; Investigador auxiliar do LNEC desde Março de 1997. Assistente de investigação do LNEC entre Abril de 1985 e Março de 1997. Estagiário de investigação do LNEC entre Janeiro de 1983 e Abril de 1985;

Assistente de investigação na Faculdade de Arquitectura do Instituto Superior de Tecnologia da Universidade de Lund, Suécia, entre Outubro de 1978 e Dezembro de 1979.

Actividade de I&DE — a actividade desenvolvida na Universidade de Lund, Suécia, e no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal, foi sobretudo centrada nas temáticas da gestão urbana e do planeamento municipal e envolveu a participação em projectos de I&DE, a colaboração na preparação de normativa urbanística e a prestação de serviços de consultadoria e apoio técnico a entidades públicas portuguesas, nomeadamente autarquias, e no quadro da cooperação oficial com os PALOP. Tem também organizado encontros científicos e técnicos, orientado trabalhos académicos e leccionado em cursos de mestrado e pós-graduação nas universidades portuguesas. Publicou cerca de 80 trabalhos científicos e técnicos na sua área de especialidade.

Outra actividade profissional:

Presidente da AD.URBEM — Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção, entre 1995 e 1997. Eleito vice-presidente da mesma Associação para o triénio de 2005-2007;

Presidente da Secção de Ordenamento do Território e Ecologia da Sociedade de Geografia de Lisboa desde 2003. Vogal da Secção de Geografia Matemática e Cartografia desde 1998; Membro da direcção da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses (actual Ordem dos Arquitectos), entre 1984 e 1986;

Como projectista e consultor é autor de vários estudos e projectos nos domínios da arquitectura e urbanismo, elaborados para entidades nacionais e estrangeiras.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Aviso n.º 5065/2006 (2.ª série). — Nos termos e para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade dos funcionários do quadro privativo deste Governo Civil reportada a 31 de Dezembro de 2005 se encontra afixada no *placard* da respectiva Secretaria.

7 de Abril de 2006. — O Chefe do Gabinete do Governador Civil, *Custódio Ramos*.

Governo Civil do Distrito de Leiria

Aviso n.º 5066/2006 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Dezembro de 2005 e de 6 de Abril de 2006 do secretário do Governo Civil do Distrito de Leiria:

Susana Margarida Ferreira de Oliveira de Faria, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Leiria — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido, por motivo de doença, nos dias 29 e 30 de Novembro, inclusive, do ano 2005, no total de dois dias, e de 29 a 31 de Março do ano em curso, no total de três dias.

7 de Abril de 2006. — O Secretário, *Júlio Coelho Martins*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5067/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vicente Cachia, natural de Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Outubro de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de

Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5068/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 30 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tijane Baldé, natural de Quebo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Novembro de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5069/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Rui Manuel Dias Sousa Lopes Paim, natural de Ganda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 9 de Julho de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5070/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fernando José Garcia e Silva, natural de Malange, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 30 de Outubro de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5071/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Tijane Djaló, natural de Tombali, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Dezembro de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5072/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Antonieta Pereira, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 26 de Junho de 1960, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.

Aviso n.º 5073/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Issa Tenda, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 20 de Abril de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, *Célia Maria Peres*, especialista superior CTC.